



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

XLVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

# PROVA DISCURSIVA

27/07/2014

**TODAS AS RESPOSTAS DEVERÃO SER FUNDAMENTADAS,  
UTILIZADOS APENAS OS ESPAÇOS RESPECTIVOS.**

**DIREITO CIVIL**

**1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Brasília e Demócrito são pais de Aquiles, atualmente com 19 anos. Quando este tinha 12 anos, o casal separou-se judicialmente. Aquiles ficou sob a guarda materna, recebendo pensão do pai, que era descontada em folha, com depósito na conta corrente da guardiã. Aquiles também percebia aluguel mensal, depositado na conta corrente da mãe, fruto da locação de um imóvel recebido por doação.

Ao longo do tempo Brasília passou a relaxar com seu sustento e guarda, deixando-o quase ao desamparo material. Por conta disso, aos 17 anos, Aquiles decidiu, *sponte sua*, morar com o pai.

O alimentante, considerando a inversão fática da guarda, tentou, consensualmente, obter de Brasília o repasse do valor da pensão e do aluguel, só logrando êxito por determinação judicial, quando Aquiles já tinha 19 anos.

Diante deste fato, Aquiles entrou com ação de prestação de contas relativamente às pensões e aos aluguéis, com o objetivo de satisfazer-se das importâncias recebidas pela mãe a partir do momento que foi viver com o pai.

**Pede-se ao candidato que, como juiz, decida sobre viabilidade do pedido, considerando tanto o pensionamento, como os aluguéis recebidos por Brasília, justificando.**

**2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

João e Alberto, este proprietário de grande área rural, firmaram escritura pública de compra e venda da área, mediante o pagamento parcelado do preço, vencendo a primeira parcela um mês após a assinatura da escritura e outras duas mensais e subsequentes.

Na escritura constou cláusula pela qual João, no prazo de três dias, indicaria a pessoa que deveria receber os direitos aquisitivos sobre a área, o que foi feito na pessoa de Oswaldo.

Após o pagamento da primeira parcela, as demais restaram inadimplidas.

**Pede-se ao candidato que :**

- a- estabeleça justificadamente a natureza jurídica do negócio ajustado entre os contratantes;**
- b- informe quais as posições contratuais assumidas por João, Alberto e Oswaldo;**
- c- esclareça quem deve figurar nos polos ativo e passivo de uma eventual demanda para rescindir o negócio.**

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### **1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Em que consiste a teoria da carga dinâmica da prova? A teoria referida tem previsão no sistema legal vigente?

### **2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

O Banco Star, em 10/5/2013, protestou nota promissória cujos avalistas são João e sua esposa Maria. Distribuída a Ação de Execução fundada no referido título de crédito, em 20/6/2013, decorrente da falta de pagamento, e antes da citação, os executados/avalistas doaram o único imóvel residencial que possuíam para as filhas Carla e Marta, reservando para si o usufruto vitalício, com registro da doação no Cartório do Registro de Imóveis, em 22/7/2013. Citados os executados em 16/8/2013, houve a penhora do imóvel doado, alegando o credor a existência de fraude à execução e, eventualmente, fraude contra credores.

Carla e Marta opõem Embargos de Terceiro, sustentando a inexistência de fraude, comprovando que o imóvel continua a ser utilizado para residência dos doadores e das donatárias, e que eventual penhora somente poderia recair sobre o direito de usufruto dos executados.

**Decida a questão.**

## DIREITO DO CONSUMIDOR

### **1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Discorra sobre os prazos de garantias, legal e contratual, no direito consumerista.

### **2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Motores BR Ltda. ajuizou ação de cobrança, noticiando que vendeu ao Réu Francisco, pequeno agricultor que explora um sítio com sua família, em junho de 1997, um trator agrícola novo, de sua fabricação. Relata que em outubro de 2000, realizou a pedido de Francisco um conserto no trator, tendo trocado uma peça que estava defeituosa. Informa que a garantia contratual era de 12 meses ou 1.000 horas de uso (a que implementasse primeiro). Contudo, Francisco se recusou a pagar esse conserto, originando a cobrança.

Citado, Francisco contestou aduzindo que o conserto não era decorrência do desgaste natural ou de mau uso, mas sim de um defeito de fábrica, pelo que o custo do conserto deveria ficar a cargo da fabricante. A prova pericial constatou que o problema era de fabricação e que o trator tem uma vida útil de aproximadamente 10.000 horas, o que importaria em torno de 10 anos. O réu também manejou reconvenção pleiteando a condenação do autor pelos lucros cessantes gerados pelos 25 dias em que o trator ficou parado na oficina da autora.

**Pergunta-se:**

**1) o caso comporta proteção no CDC?**

**2) o conserto do trator deve ser arcado por quem?**

3) assiste razão ao réu no pleito reconvenicional?

4) em quem recai o ônus da prova quanto à natureza do vício?

## DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Pedro, dono de uma casa de espetáculos, foi condenado ao pagamento de multa no valor de cinco salários mínimos, por infração ao art. 258 do ECA. Três anos depois de preclusa a condenação, a Fazenda Pública inicia a execução de tal multa. Pedro, citado, apresenta defesa, alegando a prescrição, com fulcro no art. 114, I, do Código Penal.

**Assiste-lhe razão? Fundamente.**

**2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Maria e José são irmãos gêmeos de 27 anos de idade, que residem juntos desde o nascimento. Há alguns anos criam o menor João, que foi deixado na porta de sua casa quando tinha apenas 4 anos de idade. Os irmãos, Maria e José, por terem desenvolvido fortes laços de afeto com João, decidiram adotá-lo.

**Pergunta-se:**

**Os dois irmãos, Maria e José, podem adotar o menor João, cabendo, incidentalmente, a destituição do poder familiar?**

## DIREITO PENAL

**1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Nos crimes de tráfico de entorpecentes, o que deve ser levado em consideração para a aplicação da minorante do artigo 33, § 4º da lei 11.343/06?

Aborde ainda se a natureza, a diversidade e a quantidade dos entorpecentes apreendidos exercem influencia no *quantum* da referida minorante e na substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

**2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

O princípio da insignificância se aplica aos crimes tributários?

Em caso negativo explique o motivo e em caso positivo, explique sobre os eventuais parâmetros concretos para a aplicação e caracterização do referido princípio.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

A reforma legislativa de 2008 trouxe ao direito processual penal a figura da citação por hora certa, já prevista no Código de Processo Civil. Cumpre destacar, contudo, que, na hipótese de não comparecimento do acusado, o legislador deu a tal modalidade de citação (art. 362, parágrafo único) consequências distintas daquelas previstas no caso de citação por edital. Explique os motivos para a atribuição desse tratamento diferenciado pelo legislador e as críticas a respeito.

### 2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

A ação penal pública é regida por determinados princípios, dentre eles o da obrigatoriedade, segundo o qual os órgãos persecutórios criminais não podem adotar quaisquer critérios políticos ou de utilidade social para decidir se oferecerão ou não a denúncia. Todavia, o legislador brasileiro trouxe ao longo dos anos diversas hipóteses que mitigaram o referido princípio, no que parte da doutrina passou a chamar de *discricionariedade regrada*. Ante o exposto, mencione brevemente as hipóteses nas quais o ordenamento jurídico pátrio traz exceções à obrigatoriedade da ação penal pública.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

*P.L. de C. e E.D. das N.*, moradores em área de invasão urbana e ocupantes de imóvel não legalizado, acionaram o *Município de X*, via ação pelo rito ordinário de obrigação de fazer, afirmando da ausência de esgotamento sanitário na localidade, que resultava em transbordamento de uma “vala negra” com criação de condições insalubres para o local em geral e os autores em particular. Pretendiam então fosse o Município compelido, judicialmente, a realizar as obras necessárias à solução deste problema sanitário da localidade, ao fundamento de exercício de seus direitos à prestação dos serviços públicos de forma eficiente e adequada bem como de manutenção de sua saúde e segurança da população, na forma do art. 9º, §1º, da CRFB c/c o art. 11, parágrafo único da Lei nº 7.783/89, que o regulamentou.

Em sua defesa, o *Município de X* sustentou que a decisão de realização, ou não, de obras de saneamento é ato não sindicável pelo Poder Judiciário pena de violação ao comando do art. 2º da CF/88. Disse mais que à época em que a previsão orçamentária para aquele exercício fiscal fora elaborado pelo Executivo Municipal, vindo a ser regularmente aprovado pelo Legislativo local, não constara da mesma previsão ou contabilização de gastos com obras de saneamento na forma da reclamação efetuada pelos autores e que estas seriam de sua competência exclusiva, cf. art. 23, IX da Constituição Federal.

Ouvido o *MP*, opinou o mesmo pela extinção do feito, sem resolução do mérito, pois que as obras que os autores demandam são eminentemente de utilidade coletiva e afetam a todos os moradores daquela localidade, e, em não tendo os demandantes legitimidade extraordinária para representar aqueles assim como o interesse objeto da presente lide é eminentemente difuso, a via eleita não se mostrava adequada.

Sendo estes os fatos e os posicionamentos dos atores deste processo, como o (a) candidato (a) se posicionaria acerca das questões constitucionais tratadas nesta demanda? Justifique.

## **2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

À luz da atual doutrina constitucional brasileira, defina o que vem a ser a inconstitucionalidade por arrastamento, aponte quais são suas características e seus pressupostos, bem como qual o(s) artigo(s) da legislação nacional, constitucional ou infraconstitucional, que a preveja(m).

### **DIREITO ELEITORAL**

## **1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

O funcionamento de um centro social, prestador de serviços diversos, principalmente de saúde, durante o período vedado e até as eleições, comprovadamente atrelado ao nome de um candidato a cargo eletivo no certame, onde foram apreendidos: “santinhos” com nome e número do candidato patrono; material de propaganda eleitoral diverso; listagem com os endereços, qualificações e números de título de eleitor das pessoas atendidas; em região carente de serviços públicos, configura algum (ou alguns) tipo (s) de ilícito (s) eleitoral (ou eleitorais)? Em caso positivo, indique qual ou quais são, justificadamente, apontando os dispositivos legais pertinentes.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

## **1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

“O plano de recuperação judicial opera uma novação sui generis, sempre sujeita a uma condição resolutiva, que é o eventual descumprimento que ficou acertado no plano, circunstância que a diferencia, sobremaneira, daquela outra, comum, prevista na lei civil”. A afirmativa está certa ou errada? **Discorra sobre o tema.**

## **2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Em sede de recuperação judicial, explique, de forma fundamentada, se as deliberações da Assembleia em relação ao plano estão sujeitas ao controle judicial. **Discorra sobre o tema.**

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

## **1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Fulano de tal comprou uma TV por R\$1.000,00 (mil reais). O vendedor lhe ofereceu, por mais R\$50,00 (cinquenta reais), uma garantia estendida por 3 (três) anos. O Estado do Rio de Janeiro, alegando que o valor da operação foi de R\$1.050,00 (mil e cinquenta reais) reais, entende que o ICMS deve incidir sobre este valor (e realmente este é o valor constante da nota fiscal, que detalha as operações realizadas, atribuindo os respectivos valores de cada venda).

Qual a base de cálculo do ICMS nesta operação? **Responda fundamentadamente.**

## **2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Pode uma Lei estadual estabelecer alíquotas progressivas para o ITCD (Imposto sobre a transmissão causa mortis e doações) tendo como base o valor da herança a ser recebida? **Responda sem deixar de abordar a posição do STF sobre o tema.**

## DIREITO AMBIENTAL

### 1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

O esgotamento sanitário é baseado em diversos princípios, dentre os quais a *eficiência e sustentabilidade econômica*. Assim, diga quais são as etapas do esgotamento sanitário e se pode haver cobrança quando nem todas elas forem prestadas ao consumidor?

### 2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

A fabricação, aquisição e utilização de motosserras possui requisitos específicos para os integrantes da cadeia de industrialização e comercialização. Fale sobre tais peculiaridades e requisitos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

O Município Y realiza o pagamento do justo valor indenizatório de específico imóvel, efetivando a sua desapropriação, no dia 1º de abril de 2004.

Por não mais ter interesse em se utilizar do mesmo, e após o procedimento legal e licitatório próprio, o aliena para a empresa WXW Construções Imobiliárias L.T.D.A., no dia 20 de novembro de 2006.

Em janeiro de 2010, Coriolano da Silva, o antigo proprietário, fica sabendo do fato e, inconformado, procura advogado para reaver seu imóvel, mas vem a falecer antes do ajuizamento da ação.

Seu único filho e herdeiro, ciente de tudo, ajuíza a ação no dia 1º de abril de 2010, pretendendo reaver o bem imóvel ou a indenização correspondente. Faz figurar no pólo passivo o Município e o atual proprietário, que alegam ilegitimidade ativa, prescrição e descabimento da devolução do bem. O M.P. diz não ter interesse, indo os autos à conclusão para sentença.

**Analise os 3 (três) pontos levantados pelas defesas, e outros pertinentes.**

### 2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):

O Município W e a Cia. de Petróleo PPI celebraram termo de permissão de uso de específico imóvel, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Além do prazo fixado, foi estabelecido encargo. Deveria o permissionário, como contrapartida pela utilização do bem público, realizar obras sociais como urbanização, construção de complexos esportivos, reformas de creches, construção de passarelas para pedestres na área próxima, bem como investir em serviços públicos.

No curso do prazo da permissão, o Município W resolve proceder à revogação deste ato - diante de fato novo, evidenciando alteração do interesse público quanto ao bem -, e notificar a Empresa para sair do imóvel em 90 (noventa) dias.

Inconformada, a Empresa propõe a devida ação buscando ser mantida no bem, ou ser reparada pelos danos emergentes e lucros cessantes.

**Sendo o juiz da causa, como decidiria, ciente de que o feito teve curso normal, sem vícios.**

**1ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

Discute-se ser ou não cabível ao Poder Judiciário, determinar a realização de obras públicas, tais como ampliações de redes de esgotamento. **Análise a respeito.**

**2ª QUESTÃO (VALOR 0,40):**

“A sociedade brasileira é muito desigual. Logo, o juiz tem de ser parcial para poder ser imparcial. Deve ser um agente de transformação social”.

**Comente a afirmação acima, salientando sua posição.**

**BOA SORTE...**